



## **ANEXO I -TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PUBLICAS NO MUNICÍPIO DE CASEARA/TO**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. MEDIDA	QDT
1	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PUBLICAS NO MUNICÍPIO DE CASEARA/TO, DE ACORDO COM PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES DO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTARIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO EM ANEXO. (PLANO DE AÇÃO nº : 09032025-077043 / 2025)	Serv.	01
2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PUBLICAS NO MUNICÍPIO DE CASEARA/TO, DE ACORDO COM PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES DO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTARIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO EM ANEXO. (PLANO DE AÇÃO nº : 09032025-2-086482 / 2025)	Serv.	01

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nas planilhas orçamentárias, memoriais de cálculo e projetos técnicos anexos, os quais definem as dimensões, volumes e serviços necessários à execução integral da obra. O levantamento foi realizado por equipe técnica habilitada.

2.2. O objeto da contratação não foi previsto no Plano de Contratações Anual do ano de 2026, mas está justificado no Estudo Técnico Preliminar.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### **Subcontratação**

É admitida a subcontratação do objeto contratual.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

#### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

##### **Condições de Entrega**

O prazo de entrega dos serviços de engenharia será de até 06 (seis) meses conforme cronograma físico-financeiro em anexo.

#### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

##### **6.7. Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

##### **Fiscalização Administrativa**

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- a) Atesto dos produtos recebidos mediante anotação nas notas fiscais de pagamento e ainda em relatórios constando a conformidade dos produtos e serviços fiscalizados, assim como a sua desconformidade.
- b) Em cada atesto e recebimento de produtos, realizará a apresentação de informação em relatório próprio dos saldos de consumo, regularidades e condições de habilitação da empresa e a vigência do Contrato, e demais informações que possam impactar na consecução dos objetivos da administração através da contratação.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

- 7.1. O fiscal do contrato fará medições mensais, 30 (trinta) dias a partir do dia correspondente ao autorizado para início da obra, ou no primeiro dia útil subsequente, de acordo com as etapas do cronograma físico-financeiro anexo ao projeto.
- 7.2. medição dos serviços será sempre feita a cada período de 30 (trinta) dias corridos com base no cronograma aprovado e nas especificações e projetos, considerando os serviços efetivamente executados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO.
- 7.3. O critério de medição a ser utilizado será baseado em obras e serviços reais, ou seja, nos quantitativos das obras/serviços efetivamente executadas e materiais efetivamente aplicados, não sendo levados em consideração descontos, acréscimos, perdas e outros elementos similares que deverão ser considerados na composição de custos dos serviços.
- 7.4. Só serão medidos e autorizados os pagamentos dos itens comprovadamente executados ou instalados na obra através de vistoria do fiscal do contrato.
- 7.5. Os valores referentes às obras/serviços que forem rejeitados, relativos a uma medição, serão pagos após a CONTRATADA refazê-los, sem ônus adicional ao CONTRATANTE.
- 7.6. O pagamento da última medição estará condicionada à conclusão total da obra, sanadas todas as pendências e conforme o Recebimento Definitivo pela Administração.
- 7.7. O CONTRATANTE realizará o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da apresentação do documento fiscal correspondente.

### **Prazo de pagamento**

O CONTRATANTE realizará o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da apresentação do documento fiscal correspondente, conforme seção anterior;

### **Forma de pagamento**

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária exclusiva do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### **Exigências de habilitação**

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar conforme requisitos estabelecidos no edital da licitação, empresas de Pré-qualificadas com certificado em dias.

### **Habilitação jurídica**

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e constar em seu objeto social menção ao objeto a ser contratado.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, onde conste menção ao objeto a ser contratado;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do proponente do certame;

8.20. Alvará de Licença para Localização e Funcionamento emitido pelo Município da sede da empresa proponente, observada sua validade

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;



8.24. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (comarca) - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### **Qualificação Técnica**

8.28 A comprovação da capacidade técnico-operacional deverá demonstrar a execução mínima de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos para os itens de maior relevância técnica definidos no projeto básico, conforme entendimento consolidado dos tribunais de contas. Para fins de comprovação da qualificação técnica, os licitantes deverão apresentar documentação que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

a). A comprovação será realizada mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo conselho de classe competente.

b). Serão considerados itens de maior relevância técnica, conforme estabelecido na planilha orçamentária e memorial descritivo do projeto, aqueles que apresentam maior impacto técnico e financeiro na execução do objeto, devendo o licitante comprovar experiência anterior na execução de serviços compatíveis com os seguintes itens:

I - TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF\_07/2020 M3XKM 10.450,58.

II- GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA. AF\_01/2024 M 3.320,28.



III- PAVIMENTO COM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO, COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C, COM CAPA SELANTE. - BASEADO NA COMPOSIÇÃO 97807, M² 8.504,46.

IV- TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF\_07/2020 M3X, KM 54.256,76.

A comprovação deverá demonstrar que o licitante já executou serviços de natureza semelhante, em quantitativos compatíveis com os itens de maior relevância definidos no projeto, garantindo a capacidade técnica necessária para a adequada execução do objeto contratado.

#### 8.29 Registro Profissional:

a) Comprovação de registro ou inscrição da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) competente, com jurisdição sobre o domicílio da matriz da licitante, em plena validade.

#### 8.30 Capacidade Técnico-Profissional:

a). Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA, em nome do(s) profissional(is) de nível superior detentor(es) de responsabilidade técnica, que comprove a execução de serviços de engenharia de características semelhantes ao objeto desta licitação, envolvendo:

Apresentação de 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a licitante já executou serviços pertinentes e compatíveis em características e prazos com o objeto desta licitação. Os atestados deverão indicar o nome do contratante, local, prazos e os serviços prestados.

Declaração assinada pelo representante legal de que a empresa dispõe de equipe técnica, instalações e aparelhamento/maquinário técnico adequados e disponíveis para a realização dos serviços no prazo estipulado.

8.31 Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo ou da ata de eleição dos administradores.

8.32 Aptidão técnico-operacional: mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por Pessoa(s) Jurídica(s) de direito público ou privado;

### **9. JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DA MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO – PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA**

Visando proporcionar melhores condições de tráfego, segurança e mobilidade à população, opta-se pela utilização da Concorrência Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com base nos fundamentos abaixo.

#### 1. Natureza do Objeto

O objeto em questão trata-se de serviços comuns de engenharia, com critérios objetivos de julgamento (menor preço global ou por item), o que é plenamente compatível com a modalidade Concorrência, conforme o Art. 6º, inciso LV e Art. 28, inciso I da Lei nº 14.133/2021.



## 2. Eficiência Administrativa e Otimização de Recursos

A adoção da modalidade Concorrência Eletrônica para a contratação de empresa especializada na execução de serviços de pavimentação asfáltica se mostra a mais adequada sob a ótica da eficiência administrativa e da economicidade, considerando a complexidade, abrangência e natureza dos serviços envolvidos.

## 3. Justificativa Econômica

A modalidade Concorrência Eletrônica favorece a obtenção de melhores preços por meio da competição ampla, promovendo a economicidade e permitindo contratações com valores já ajustados ao mercado, respeitando os princípios da razoabilidade e vantajosidade da contratação, conforme previsto no Art. 11, inciso I da mesma Lei.

## 4. Utilização da Modalidade Eletrônica

A modalidade Concorrência Eletrônica é recomendada quando o objeto licitado envolver bens e serviços comuns, com especificações objetivas e padronizadas, o que se aplica ao caso presente, visto que a execução de pavimentação asfáltica de vias públicas no município de Caseara/TO pode ser especificado de forma clara, objetiva e comparável entre os fornecedores, conforme o Termo de Referência.

Por outro lado, caso a Administração entenda que o objeto envolve maior complexidade técnica ou que a natureza da contratação exija julgamento mais detalhado de proposta, poderá-se optar pela **Concorrência Eletrônica**, especialmente considerando a Lei nº 14.133/2021, que prevê a modalidade para obras e serviços de engenharia de maior vulto, ou nos casos em que o critério de média complexidade.

Além disso, a opção por uma das modalidades eletrônicas atende ao princípio da ampla competitividade, promovendo a participação de um maior número de fornecedores, com alcance nacional, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

Conclusão:

Portanto, considerando a natureza do objeto, a imprevisibilidade da demanda, a necessidade de pronta resposta da administração, os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e transparência, justifica-se de forma plenamente técnica, jurídica e administrativa, a escolha pela modalidade Concorrência Eletrônica.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ORIGEM	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
PROGRAMA	03.13.17.451.0105.1.100 (Pavimentação de Ruas e Avenidas)
ELEMENTO DE DESPESA	4.4.90.51
FONTE	1.500.0000 - 1.700.0000
FICHA	157



A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Caseara/TO; 14 de Abril de 2026.

**DENISE CRISTINA OLIVEIRA LIMA**  
**R.T DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**Aprovado:**

**RITHELMAN CARVALHO DE ARAUJO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS**